



DE 6 A 10 NOVEMBRO DE 2017 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 663/XIII](#)

Medidas de apoio às Empresas e à retoma da atividade económica nas áreas afetadas pelos incêndios florestais
Autor: PSD

[Projeto de Resolução 1116/XIII](#)

Recomenda ao Governo que promova uma nova Política Florestal Nacional
Autor: PSD

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 170/XIII](#)

Reduz potenciais conflitos de interesse e reforça os critérios de avaliação da idoneidade, procedendo à quadragésima quinta alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro

 **CRIANÇAS E JOVENS**

[Decreto-Lei n.º 139/2017 - Diário da República n.º 217/2017, Série I de 2017-11-10](#)

Altera a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

 **FINANCEIRO**

[Portaria n.º 343-A/2017 - Diário da República n.º 217/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-11-10](#)

Estabelece o procedimento para a concessão das garantias do Estado ao abrigo da Lei n.º 69/2017, de 11 de agosto

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística - Emissões de títulos - setembro de 2017](#)

09.11.2017

[Banco de Portugal define informação a prestar no pedido de autorização e no registo dos intermediários de crédito](#)

07.11.2017

[Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 6/2017 – Regulamentação dos deveres de informação na prestação de serviços mínimos bancários](#)

06.11.2017

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[CMVM determina os contratos de liquidez como prática de mercado aceite](#)

[Consulta Pública relativa ao projeto de regulamento da CMVM sobre deveres informativos e de comercialização relativos a PRIIPs](#)

[Portugal obtém classificação máxima na avaliação internacional aos sistemas de prevenção e combate do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo](#)

 **IMOBILIÁRIO**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 170/2017 - Diário da República n.º 216/2017, Série I de 2017-11-09](#)

Determina a realização do «Projeto Reabilitar como Regra»

 **PARCERIAS INTERNACIONAIS**

[Decreto do Presidente da República n.º 114/2017 - Diário da República n.º 217/2017, Série I de 2017-11-10](#)

Ratifica o Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os Seus Estados-Membros, por Um Lado, e o Canadá, por Outro, assinado em 30 de outubro de 2016

[Resolução da Assembleia da República n.º 249/2017 - Diário da República n.º 217/2017, Série I de 2017-11-10](#)

Aprova o Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os Seus Estados-Membros, por Um Lado, e o Canadá, por Outro, assinado em 30 de outubro de 2016

 **QREN**

[Portaria n.º 340/2017 - Diário da República n.º 215/2017, Série I de 2017-11-08](#)

Primeira alteração ao Regulamento de Gestão dos Reembolsos dos Sistemas de Incentivos do QREN, aprovado no anexo à Portaria n.º 263/2014, de 16 de dezembro

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Contraordenações - informação divulgada em outubro](#)

Consulte informação sobre processos de contraordenação divulgada em outubro de 2017.

10.11.2017

[ITED-ITUR - aprovadas adendas aos manuais](#)

Adendas para adaptação dos manuais ao Regulamento dos Produtos de Construção aprovadas por decisão final da ANACOM de 26.10.2017.

07.11.2017

[ANACOM recomenda que operadores apenas cobrem conteúdos e serviços subscritos na net depois de autorizados pelos clientes](#)

Recomendação relativa a serviços de WAP Billing aprovada a 02.11.2017.

06.11.2017

UNIÃO EUROPEIA



JORNAL OFICIAL DA UE

ACORDOS INTERNACIONAIS

[Aviso relativo à aplicação provisória do Acordo Bilateral entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre medidas prudenciais relativas aos seguros e resseguros](#)

REGULAMENTOS

[Regulamento Delegado \(UE\) 2017/2055 da Comissão, de 23 de junho de 2017, que completa a Diretiva \(UE\) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às normas técnicas de regulamentação para a cooperação e a troca de informações entre autoridades competentes relativamente ao exercício do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços das instituições de pagamento](#)

[Regulamento Delegado \(UE\) 2017/2056 da Comissão, de 22 de agosto de 2017, que altera o Regulamento Delegado \(UE\) n.º 522/2014 que completa o Regulamento \(UE\) n.º 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito às regras pormenorizadas relativas aos princípios de seleção e gestão das ações inovadoras no domínio do desenvolvimento urbano sustentável a serem apoiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional](#)

[Regulamento \(UE\) 2017/1986 da Comissão, de 31 de outubro de 2017, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008 que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro 16](#)

[Regulamento \(UE\) 2017/1987 da Comissão, de 31 de outubro de 2017, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro 15](#)

[Regulamento \(UE\) 2017/1988 da Comissão, de 3 de novembro de 2017, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008 que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro 4](#)

[Regulamento \(UE\) 2017/1989 da Comissão, de 6 de novembro de 2017, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à norma internacional de contabilidade 12](#)

[Regulamento \(UE\) 2017/1990 da Comissão, de 6 de novembro de 2017, que altera o Regulamento \(CE\) n.º 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento \(CE\) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à norma internacional de contabilidade 7](#)



COMISSÃO EUROPEIA

[Relatório: Acordos comerciais da UE em vigor têm benefícios concretos](#)

A UE publicou um relatório que avalia a aplicação dos seus acordos comerciais em vigor. Esse relatório horizontal é o primeiro do seu género e ilustra o que acontece depois da negociação e da entrada em vigor dos acordos comerciais.

A publicação é mais um passo no sentido de uma política comercial plenamente transparente e inclusiva, em sintonia com os compromissos assumidos pela Comissão na estratégia da UE para 2015 «Comércio para Todos».

[Previsões Económicas do outono de 2017: continuação do crescimento num contexto político em mutação](#)

[Educação e formação na Europa: as desigualdades continuam a ser um desafio](#)

A edição de 2017 do Monitor da Educação e da Formação da Comissão, hoje publicada, mostra que os sistemas de ensino nacionais estão a tornar-se cada vez mais inclusivos e eficazes. No entanto, também confirma que o nível de escolaridade atingido pelos estudantes depende, em grande medida, das suas origens socioeconómicas.

[União da Energia: Comissão toma medidas para reforçar a posição de liderança mundial da UE no domínio dos veículos não poluentes](#)

A Comissão propõe novos objetivos para a frota da UE a nível das emissões médias de CO₂ dos automóveis de passageiros e veículos comerciais ligeiros novos para acelerar a transição para veículos com baixo nível de emissões e sem emissões.

[Da Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, que se realiza em Bona, a UE espera progressos concretos na aplicação do Acordo de Paris](#)

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

[Plano de Investimento para a Europa: Conselho aprova prolongamento do FEIE](#)

O Conselho aprovou um acordo com o Parlamento Europeu no sentido de prolongar o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos para além do seu período inicial de três anos.

[Sistema de Informação de Schengen: Conselho aprova posição de negociação](#)

O Coreper aprovou, em nome do Conselho, um mandato de negociação para três regulamentos relativos à utilização do Sistema de Informação de Schengen.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

1. O Conselho de Ministros aprovou hoje a **criação do Programa Internacionalizar**, com o objetivo de concretizar a aposta estratégica na internacionalização da economia portuguesa, tendo em conta os desafios económicos e estratégicos que o país se propõe ultrapassar.

O Programa Internacionalizar é composto por seis eixos de intervenção: análise de mercados e negócios, qualificação de recursos humanos e do território; financiamento; apoio no acesso aos mercados e ao investimento em Portugal; desenvolvimento da marca Portugal; política comercial e custos de contexto. As medidas de execução do Programa estão calendarizadas entre os quartos trimestres de 2017 e 2019.

Neste contexto, estabelece como objetivos gerais: aumentar as exportações de bens e serviços, assim como o número de exportadores, promover a diversificação dos mercados de exportação, incrementar os níveis de investimento, fomentar o aumento do valor acrescentado nacional, e promover uma maior e melhor articulação entre os vários agentes envolvidos nos processos de internacionalização da economia portuguesa.

O Programa envolve o contributo de todas as áreas governativas com relevância para a economia, sob coordenação política dos Negócios Estrangeiros. A coordenação técnica do Programa será feita pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), sendo a execução acompanhada pelo Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia.

2. O Governo decidiu **alterar o Regulamento da atribuição de matrículas dos veículos**, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2014/46/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014.

Através do presente decreto-lei **cria-se o serviço "Matrícula na hora"**, através do qual se pretende simplificar o processo de atribuição de matrícula aos veículos correspondentes a modelos com homologação europeia, com vantagem para o cidadão.

Estabelece-se a possibilidade de obtenção imediata da matrícula e do Certificado de Matrícula de um veículo, evitando assim a deslocação a diversas entidades públicas distintas, constituindo mais um passo para a concretização de uma medida Simplex + 2017.

A Diretiva 2014/46/UE veio proceder à harmonização, a nível europeu, da possibilidade de suspender a autorização de utilização de um veículo durante um período determinado, nos casos em que a sua circulação na via pública possa constituir um risco. Institui, ainda, um conjunto de requisitos a cumprir no registo nacional de matrículas, designadamente a inclusão não só das características dos veículos, mas também das inspeções realizadas.

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2015-2012

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal, 2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2014-2011